

ATA N.º 21/2021

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2021:

No dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e um, pelas dezassete horas e nove minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as António Manuel da Silva Braz, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalves da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Através do edital nº 214/DAFRH-DAAG/2021 foi, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4, do Regimento da Câmara Municipal e de harmonia com o n.º 2, do artigo 41º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada uma reunião de câmara extraordinária para o dia 21 de Setembro de 2021, às 17.00 horas, a realizar-se no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, foi convocado, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelo seguinte ponto:

PONTO 1 – Acordo de Colaboração para a construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela – Ratificação

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelo ponto que é enunciado no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Acordo de Colaboração para a construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela – Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_21-21:

«Em 1992, o Ministério de Educação iniciou as obras de requalificação e ampliação das instalações da Escola Secundária de Palmela, construídas na década de 70 de forma provisória.

A 3.ª fase destas obras, a ocorrer a partir de 2004, incluía a construção de um novo Pavilhão Desportivo, o que nunca chegou a acontecer, não obstante as inúmeras diligências realizadas pelas Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Palmela, pela Associação de Pais e Encarregados de Educação e pelos professores e órgãos de gestão da Escola Secundária de Palmela.

Em 2015 foi apresentada pela Câmara Municipal de Palmela proposta concreta da sua disponibilidade em compartilhar o valor do investimento e os custos de gestão do equipamento, consubstanciada em duas hipóteses de trabalho.

Assim, e na sequência de insistentes negociações, nestes últimos anos foi possível chegar, em 2021, a um acordo de colaboração com o Ministério da Educação, para a construção de um Pavilhão Desportivo que responda à necessidade de possuir um equipamento que permita, em pleno, a prática pedagógica da disciplina de Educação Física, componente educativa fundamental para o desenvolvimento integral e saudável dos cerca de 750 alunos desta escola secundária e o alargamento da prática de qualidade das atividades do Desporto Escolar e, ainda, que vá ao encontro das necessidades e aspirações da comunidade e do movimento associativo local, contribuindo, de forma inequívoca, para o desenvolvimento desportivo e para uma melhor qualidade de vida e saúde da população de Palmela.

Importa, no entanto, frisar, que de um investimento estimado de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros) para a empreitada de construção do equipamento, o Ministério da Educação compartilhará, com o montante de 625.000,00 € (seiscentos e vinte cinco mil euros). A Câmara Municipal assumiu, ainda, todas as despesas relacionadas com a execução do projeto.

O Acordo de Colaboração assinado pelas partes foi remetido pela Secretaria de Estado da Educação e rececionado na Câmara Municipal no dia 16 de setembro, último.

Assim, e face ao exposto, **propõe-se** que, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, conjugado com a alínea d), do artigo 23º, e com a alínea r), do artigo 33º, do Regime das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o Acordo

de Colaboração para a construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Acordo de Colaboração para a construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela – Ratificação, numerada GAP 01_21-21, intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que já tinha lido esta notícia sobre o pavilhão no jornal “o Setubalense”, portanto, considera que, nesta altura, é um acordo péssimo para a Câmara Municipal de Palmela, porque olhando para estes valores, o Estado apenas comparticipa com 30% e, sobretudo numa altura de eleições, está a negociar-se de uma forma onde parece que apenas aquilo que importa é os votos, ou seja, é preciso ter em atenção que está a gastar-se dinheiro dos impostos. Considera ainda que a autarquia, sendo ou não ano de eleições, deveria negociar este tipo de matérias de outra forma, porque não acha justo que numa obra que tem um custo de 2 milhões de euros, o Estado central participe apenas com cerca de 600 mil euros, quando foi a autarquia a pagar todos os projetos, portanto, considera que esta não é a forma correta de tratar destes assuntos. Refere ainda que tem de haver uma outra forma de negociar com a Administração Central, para que tenham a noção que este tipo de obras têm de ter uma comparticipação maior do que esta. Obviamente, que o MIM irá votar favoravelmente a proposta, mas, considera que deveriam ter negociado de outra forma.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e relativamente a esta proposta, é o fim do compromisso de mandato, porém, sem querer apresentar aqui uma resenha histórica, porque todos sabem há quantos anos a escola Secundária de Palmela não tem um pavilhão e que aquele que estava construído, teve de ser demolido por questões de segurança, enfim, considera que é importante referir que este pavilhão já podia ter sido construído há muitos anos, não fosse a intenção da autarquia agregar um pavilhão de uma escola, que deve servir a comunidade escolar, a um pavilhão municipal, quando sabem que é esse o objetivo da autarquia, ou seja, que sirva a comunidade escolar e a restante população das freguesias de Palmela e Quinta do Anjo e, por isso, esta discrepância de valores. Portanto, o Ministério de Educação comparticipa na construção de pavilhão para a comunidade escolar, mas sendo um objetivo da autarquia alargar para dar outras respostas, obviamente que o orçamento é extrapolado e não se pode culpabilizar o Ministério da Educação por uma opção política desta autarquia. Refere que o PS não irá votar contra, porque todos sabem que este pavilhão faz muita falta, porém, considera que esta não foi a melhor opção para servir a comunidade escolar, porque este pavilhão já poderia estar construído há muito tempo e defende que poder-se-ia construir um pavilhão gimnodesportivo para servir a população do concelho de Palmela, incluído as populações da freguesia de Palmela, Quinta do Anjo e Pinhal Novo.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes refere que irá votar favoravelmente, mas esta proposta é, basicamente um pouco o espelho da atividade deste executivo municipal

durante este mandato, ou seja, se para construir um pavilhão no valor de 2 milhões de euros com a comparticipação do Governo de apenas 625 mil euros, de facto, já poderia ter sido construído há mais tempo, porque de um processo que iniciou em 2015, aliás, ainda ontem no debate entre os candidatos que foram eleitos há 4 anos, este foi um dos grandes temas, portanto, foram necessários 4 anos para negociar um protocolo e, isso demonstra a eficiência da atuação do município à frente dos destinos da autarquia. Refere ainda que, nestes 4 anos de espera, o que podem verificar é que, miraculosamente, o protocolo está disponível para ser assinado ou tornado público a 5 dias das eleições autárquicas, portanto, considera que isto serve única e exclusivamente para que o Sr. Presidente possa, pomposamente, dizer que cumpriu um compromisso que mandato, mas recorda que apenas cumpriu no papel, porque agora é preciso observar se vão passar das palavras aos atos, para que os jovens da Escola secundária de Palmela e restante população possa, efetivamente, vir a usufruir de um pavilhão, ou se vão ter de esperar mais 4 anos para ver isso acontecer. Portanto, irá votar favoravelmente, mas refere que é preciso que se construa esse pavilhão.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes refere que o Ministério de Educação teve 23 anos para provar que um pavilhão da responsabilidade da sua tutela, só para os alunos da Escola Secundária de Palmela poderia estar construído, na tal denominada 3.ª fase até 30 de novembro de 2015 e, nessa altura, não se falava no alargamento do pavilhão à restante comunidade, aliás, era uma situação estritamente da Escola Secundária de Palmela, portanto, durante 23 anos, o Ministério da Educação não fez aquilo que lhe competia e que a Sra. Vereadora Mara Rebelo referiu e parece querer esconder. Recorda que a 30 de novembro de 2015, a Câmara Municipal de Palmela fez mais do que uma proposta e apresentou muitas moções sobre esta matéria foram aqui apresentadas, na Assembleia Municipal e nas Assembleias das Juntas de Freguesia de Palmela e Quinta do Anjo, referindo que a autarquia comparticiparia em 50% na construção, desde que esse pavilhão fosse alargado à população e não apenas à comunidade escolar da Escola Secundária de Palmela. Recorda ainda que a 17 de maio de 2017, o município viu-se obrigado a apresentar uma moção a denunciar a ausência de resposta que não se coaduna com o que deveria ser o normal relacionamento institucional. Foi isso que aconteceu, ao longo de anos, desde a construção da escola o diálogo com a autarquia, era um diálogo de surdos, só tinha um sentido, autarquia a contactar o Ministério da Educação sem ter o retorno. Recorda que esta obra foi colocada no PIDAC, mas aí também o governo falhou e ninguém avançou, aliás, desde essa data que nunca mais se soube mais nada. Questiona se terá sido a proposta de alargamento à comunidade que não apenas a comunidade escolar que fez com que aparecesse outro tipo de problemas, obviamente que não, as negociações fizeram-se, mas não resultaram em nada, por isso não coloquem a responsabilidade na autarquia. Depois, esclarece o Sr. Vereador Paulo Ribeiro que não se pode imputar à Câmara Municipal por nesta data apresentar em reunião de Câmara esta proposta, aliás, recorda que é um projeto que tem sido trabalhado durante anos e a autarquia agiu sempre de boa-fé e onde esteve a boa-fé do Ministério da

Educação, aliás, recorda que ainda durante o ano passado ligaram sobre este assunto para uma questão sem sentido, portanto, foram anos de hesitações sem que o ministério da Educação tivesse demonstrado vontade em avançar. Portanto, nesta data, estão prestes a assinar este protocolo, porque a Secretaria de Estado da Educação só respondeu agora e considera que não se pode perder mais tempo, nem desperdiçar esta oportunidade. Louva a intenção de voto favorável da oposição, porque, de facto, é urgente dar resposta a esta reivindicação dos estudantes da Escola Secundária de Palmela e de toda a população que irá beneficiar deste equipamento.

O **Sr. Presidente** refere que não vai reabrir a discussão sobre esta matéria, mas recorda que, neste assunto, a CDU e todos os executivos municipais desta autarquia têm apresentado propostas construtivas para a construção de um pavilhão, há muito mais tempo, aliás, remete a oposição para a leitura das atas para poderem comprovar isso mesmo. Depois, refere que, há uns meses, a autarquia tinha quase a garantia de um acordo melhor e que teria possivelmente teria possibilitado uma revisão ao orçamento e estar, nesta altura a lançar o concurso. Mas, provavelmente, também se queixariam por a autarquia estar a lançar um concurso desta envergadura em época das eleições. Depois, esclarece que esta questão dos concursos, infelizmente, corre tudo a favor das críticas da oposição, porque com concursos desertos, empresas sem capacidade para entrar em obra dentro dos prazos, e muitos outros problemas, seria ainda mais complicado. Portanto, não reitera que não quer reabrir essa discussão, mas apenas gostava que as restantes forças políticas manifestassem um sentido de humildade e de desculpa para com os territórios para os quais se candidataram, pelo facto de nunca terem conseguido junto dos seus governos, porque tem sido o PS e o PSD que tem estado no Governo, nos últimos 40 anos, em Portugal e, nunca terem conseguido assumir este compromisso para com a população de Palmela e para com a Escola Secundária mais antiga do concelho e das mais antigas da região, sobretudo aquelas que foram construídas a seguir ao 25 de Abril e que, pessoalmente, teve o privilégio de inaugurar o 2º e 3º período geral neste edifício, no rés-do-chão de uma antiga sala de ensino básico primário e no ano letivo seguinte, 1974/1975 foi estudar para aquela escola, que ainda estava em construção, havia lama quase até ao pescoço e depois teve de seguir para outras escolas, à medida que avançava com os estudos, portanto, tantos anos depois de ter sido construído um edifício que não era um pavilhão, posteriormente ter sido permitido desmontar esse mesmo edifício por questões de segurança e de salubridade, tinha sido importante ter logo ali, nessa altura o compromisso e o projeto para avançar, mas isso não aconteceu e, chegado este momento, em que é possível avançar, enfim, não vale a pena reabrir a discussão, até porque manifestaram a intenção de votar favoravelmente. Recorda ainda que toda esta questão está devidamente documentada, houve mais de 50 interações com o Ministério da Educação, desde 2015, com vários ministros e Secretários de Estado, aliás, recorda um Secretário de Estado que veio ao aniversário de uma coletividade de Palmela e depois de ter sido interpelado por um ex-presidente de junta de freguesia de Palmela, disse que, nesse ano ia

avançar com a construção do pavilhão e foi preciso o município, de facto, começar com outra negociação, porque a autarquia não abandona a tese que esta é uma competência da Administração Central, sempre foi dito isso, mas também é preciso a comparticipação da autarquia pelas razões que foram aqui aduzidas, sobretudo, porque se pretende que seja um pavilhão gerido pelo município e pela E.M. Palmela Desporto, usado pelos alunos da escola durante o horário escolar e frequentado pela restante população nos horários subsequentes, colocando este equipamento também ao serviço da comunidade. Esclarece que o município propôs, inclusivamente a comparticipação de outro tipo de custos, mas foi infelizmente e sucessivamente, enganado relativamente aos valores, aliás, há 2 anos, o jornal "PÚBLICO" tinha um artigo que dizia que, em média, quem quisesse construir novos pavilhões a comparticipação mínima seria de 50% e até se falou na hipótese de haver fundos comunitários para tal, mas, infelizmente não há e a bazuca que tanto se fala, não serve para financiar este tipo de obras, portanto, considera que o município não pode esperar mais tempo, assume as suas responsabilidades, sem qualquer contradição na postura assumida, algo que parece haver muita contradição em interpelações e comentários que aqui foram feitos, porque quando querem defender a tese do Governo ou da Administração Central dizem que a autarquia deveria fazer, mas quando a autarquia assume fazer, criticam. Portanto, é uma cooperação, infelizmente desequilibrada, mas o município não vão adiar mais e espera que os futuros órgãos, nos primeiros atos que tomem, seja na revisão orçamental ou na aprovação do próximo orçamento, criem as condições para que este seja o primeiro procedimento a lançar, logo no dia 2 de Janeiro de 2022. Refere ainda que da parte da CDU, o compromisso está honrado e o que estava no programa eleitoral era reivindicar a construção, exigir à Administração Central, admitindo a possibilidade de comparticipação por parte do município para que pudesse ser utilizado pela restante comunidade que não fosse apenas a escolar e, isso, foi feito, mas obviamente, que lamenta que tenha demorado tanto tempo, aliás, recorda que foi sempre dando conta aos líderes das bancadas aqui presentes, ao longo dos últimos anos, sobre o que estava a ser negociado, portanto, espera desta vez este assunto tenha resolução e que no futuro, no próximo mês de maio, possam estar a discutir sobre o lançamento do concurso e, não é por ser em período eleitoral, porque os compromissos têm anos de realização, têm cronogramas financeiros, sofrem incidentes e atrasos pelo caminho, enfim, mas é necessário é que estejam lançados, se tornem irreversíveis e, neste caso, este é um caminho que não volta atrás. Depois, esclarece que o município sempre quis ter mais verba comparticipada, aliás, quase parece um ato de chantagem, é uma injustiça, portanto, independentemente de cada um dizer que faria de forma diferente, considera que este momento deve ser de regozijo e o município assume a sua responsabilidade na construção desta solução.

A ata foi transcrita com base na visualização e auscultação da gravação em youtube e, entre o minuto 26,49 e 27,18, não é de todo perceptível a intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço, pelo

que irá ser transcrito a partir do momento em que é possível a audição da sua intervenção, contendo para o efeito falhas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e refere que (...) é uma zona opaca, ou seja, não é objetiva e, por isso, não cabe nesta conversa que os termos dessa obra deve ser processual e objetiva. No entanto, fica baralhado em relação a esta questão, porque, quando o líder do PS, António Costa, num período de campanha, relaciona esta questão de ser mais fácil para um autarca socialista, em vez de fazer política e agarrar-se a alguma racionalidade, acaba por ser negado pela CDU essa relação e por todas as outras forças políticas. Depois, em sentido contrário é exigido essa mesma relação, essa mesma eficácia quando já não funciona, mas isto é só uma nota, pelo que aquilo que devem ressaltar aqui é que, finalmente, em 2021, independentemente deste processo, que não é só em relação ao pavilhão, é algo que se passa, certamente, em relação a muitas outras obras onde se cruza o nacional e local, as prioridades de uns que nunca se compaginam com as preocupações deste concelho, porque para os eleitos deste concelho, obviamente que as prioridades desta região, são sempre maiores que as dos outros, portanto, de facto fica agradado porque vai haver um pavilhão e também considera que em relação à ocupação e eventos, poderá não ser uma resposta com capacidade suficiente, porque tem uma utilização limitada em relação ao fim de semana para a comunidade escolar, porque obviamente, os clubes irão começar a ocupar essa programação como já fazem no Pinhal Novo e, a autarquia deverá priorizar essa ocupação, o que deixa, depois, por exemplo, uma feira Internacional de Turismo ou um qualquer outro evento dessa natureza, durante uma semana, a impossibilidade de nesse espaço novo que funciona no âmbito de uma escola poder dar essa resposta, mas, como referiu, é uma necessidade de cada vez e, certamente que este equipamento irá resolver um conjunto de grandes necessidades e, por essa razão o PS fica muito contente e, futuramente, haverá também quem venha apontar outras soluções.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Aprovação da ata em minuta – O Sr. Presidente propõe que que a ata da presente reunião de câmara seja aprovada em minuta, o que mereceu a concordância de todos/as.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e trinta e nove minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco